

B I B L I O G R A F I A

JOSÉ QUEIRÓS - *Cerâmica portuguesa e outros estudos*. Organização, apresentação, notas e adenda iconográfica à edição de 1907 por JOSÉ MANUEL GARCIA e ORLANDO DA ROCHA PINTO. Editorial Presença, Lisboa, 1987, 514 p., com diversa ilustração.

A obra em epígrafe, publicada já há algum tempo (1987), não tem merecido, da parte da crítica e das publicações especializadas, a atenção que merece. Com efeito, tratando-se do trabalho mais completo dedicado ao assunto, em Portugal, teria sido desejável que, à sua recente publicação, tivesse correspondido uma maior receptividade, sob o ponto de vista informativo, em ordem a torná-lo mais conhecido. É que a matéria nele versada é susceptível de interessar não só aos ceramólogos, como também a um público muito mais vasto, desde docentes e discentes a historiadores da arte e da história local, sem esquecer arqueólogos industriais, empresários e gestores, técnicos, operários e artesãos. Assim, as referências à obra de José Queirós sobre a cerâmica continuam a ser pertinentes e oportunas, não obstante o relativo atraso com que possam vir a lume.

Na obra aqui analisada distinguem-se três vertentes — todas elas significativas —, as quais serão abordadas separadamente. Deste modo, além da *Cerâmica, portuguesa*, ora reeditada, focar-se-ão os restantes elementos que a acompanham e que muito a valorizam.

1. O estudo de maior relevância de José Queirós — *Cerâmica portuguesa* — é precedido de uma «Apresentação» (p. 7-10), de uma nota «Sobre a presente edição da *Cerâmica Portuguesa* e outros estudos ceramológicos» (p. 11-12) e ainda de uma «Bibliografia sobre cerâmica portuguesa» (p. 13-19). Seus autores, José Manuel Garcia e Orlando da Rocha Pinto, por um lado, contextualizam o autor da *Cerâmica portuguesa* e a respectiva obra; por outro, fornecem novas achegas para o estudo da cerâmica, à luz da investigação efectuada desde 1907 (data da 1.^a ed. da referida obra), o que permite, inclusive, superar algumas das lacunas da obra em causa.

Da «Apresentação» permito-me destacar: os dados biográficos referentes a José Queirós, os quais, ainda que sucintos, permitem inferir como seria da maior importância elaborar uma biografia completa do referido investigador; a integração da sua obra na conjuntura historiográfica dos finais do século XIX e inícios do século XX; o alcance e as limitações do estudo de José Queirós. Com efeito, os autores da apresentação, após terem sublinhado os aspectos mais relevantes da obra do dito investigador — extraordinário acervo informativo, análise, competente e minuciosa, dos produtos de cerâmica e contributo dado à história e à história da arte —, também não se coíbem de referenciar uma das suas principais limitações. A propósito, sublinham: «A compreensão rigorosa da produção e do seu contexto económico e social, bem como a circulação dos produtos, pode constituir uma nova abordagem mais afim das actuais tendências historiográficas, onde a arqueologia industrial tem capacidades de impacte particularmente importantes». E prosseguem os referidos autores: «Pena é, para o efeito, que o inatismo de José Queirós para o estudo da cerâmica portuguesa tenha destacado mais o estudo da faiança e da porcelana, tendo relegado para segundo plano a sua investigação sobre as oficinas e fábricas de cerâmica comuns, que mereceriam uma atenção mais cuidada» (p. 9).

A perspectiva de José Queirós, embora um tanto inovadora — por exemplo, ao analisar directamente grande número de artigos

de cerâmica e ao identificar e reproduzir as respectivas marcas —, não deixava de estar igualmente condicionada pelas tendências mais importantes da sua época. Entre outras, poder-se-á destacar a relevância então atribuída aos factores etnológicos, artísticos e artesanais. Isso, aliás, não deve surpreender, uma vez que as sementes, entretanto lançadas à terra por um Sousa Viterbo — ao propor, em 1896, o uso da expressão «arqueologia industrial» — ou por um Paul Mantoux — ao publicar, em 1906, *La révolution industrielle au XVII^e siècle*, obra que viria a tomar-se clássica—, só frutificariam verdadeiramente cerca de meio século mais tarde.

Ao incluírem na presente obra uma «Bibliografia sobre cerâmica portuguesa» (p. 13-19), J. Manuel Garcia e O. Rocha Pinto prestaram um bom serviço à investigação histórica, relativamente a vários domínios (história do artesanato e da indústria, arqueologia industrial, história da arte, museologia, etc). Como os próprios autores reconhecem, «a imensidade de informações é de tal forma vasta que constitui um mar difícil de controlar» (p. 12). Contudo, já me parece discutível o que afirmam em seguida: «Ainda assim estamos conscientes que nada verdadeiramente significativo terá escapado à nossa rede de pesquisa» (*ibidem*). Com efeito, no que se refere à história local, à história das empresas e dos empresários, regista-se uma ou outra omissão. Trata-se de alguns trabalhos que, se em si mesmos, poderão não ser considerados significativos, serão se se considerar que, sobre as respectivas temáticas, continuam a ser praticamente os únicos existentes. A título de exemplo, podem referir-se: Manuel Aires Falcão Machado, *Fábrica de Cerâmica Estrela de Alva. Meio século ao serviço da economia nacional, 1904-1954* (Coimbra, 1954); A. Gonçalves, «A Cerâmica na Exposição Districtal de Coimbra», *Revista Ilustrada da Exposição Districtal de Coimbra em 1884* (reed., Coimbra, 1984, p. 18-21 e 39-42); Joaquim Lopes, «José Joaquim Teixeira Lopes, escultor e ceramista», *O Primeiro de Janeiro* (de 23.05.1951, p. 3); Aníbal Gomes Ferreira Cabido, «Chorographia industrial dos concelhos da Mealhada e Vagos (Districto de Aveiro)», *Boletim do*

Trabalho Industrial, n.º 50, 1911, p. 8-15 («Fábricas de produtos ceramicos — Grande industria») e p. 15-16 («Produtos ceramicos — Pequena industria»). O papel de algumas publicações para o estudo da cerâmica — como o *Boletim do Trabalho Industrial* e a *Cerâmica e Edificação* — merecia ter sido expressamente sublinhado. Assim, em vez de «Bibliografia...», teria sido mais adequado denominá-la «Subsídios ou achegas para uma bibliografia...», a despeito de se tratar, como já se deu a entender, de subsídios bibliográficos do maior interesse para a abordagem do tema.

2. O estudo fundamental de José Queirós — *Cerâmica portuguesa* — surge, integrado nesta obra, na sua terceira edição. As anteriores edições datam, respectivamente, de 1907 e 1948. Como edição crítica que é, esta terceira edição — integra o que de essencial se encontra nas anteriores —, inclusive as notas acrescentadas por José Queirós ao texto da 1.ª edição e os acrescentos efectuados pelos editores da 2.ª edição, devidamente identificados (p. 505-510) —, bem como numerosas notas dos organizadores/apresentadores da obra aqui em análise, entre [...], para assim se distinguiem das notas do próprio autor, que vêm entre (...).

O conteúdo da *Cerâmica portuguesa* distribui-se por cinco grandes áreas: esboço histórico da cerâmica em Portugal (parte I); fábricas (parte II); produtos, designadamente, entre outros, «azulejos» e «tijolo» (partes III e V); escultores, barristas e ceramistas (partes IV e VII); e marcas e peças notáveis (parte VI e suplemento).

José Queirós prestou especial atenção às *origens* e à *evolução das formas*, remontando, inclusive, à influência das «formas romanas e da olaria árabe» (cap. II, da I parte), assim como ao estudo dos próprios artigos de cerâmica. Segundo indica o próprio autor, estudou «perto de oito mil peças de faiança portuguesa», o que é, na verdade, impressionante, particularmente se se tiver em consideração uma certa tendência, abstracta e livresca, revelada por alguns outros estudos. Todavia, além da origem e desenvolvimento das formas e da própria evolução histórica da cerâmica, o autor da *Cerâmica portuguesa* estava atento a outros factores muito concre-

tos da sua época, fossem eles a *arte nova*, os custos dos transportes ou o crescente uso do tijolo na construção civil. Sobre a arte nova, para com a qual se revela algo crítico, acentua José Queirós: «A *arte nova* é, segundo a nossa maneira de ver, a arte medieval iluminada a luz eléctrica» (p. 60). Quanto aos custos dos transportes, constatava o facto de os barros ingleses serem, ao tempo, colocados na Fábrica de Sacavém a preço inferior ao dos nossos barros da região de Leiria, devido ao «exagerado custo de frete que o nosso caminho-de-ferro leva por os transportar» (p. 92). Revelando-se ainda pouco receptivo ao uso generalizado do tijolo, José Queirós reconhece, no entanto, que em certo tipo de construções, como as chaminés — de considerável altura, sem que a base tenha necessidade de grande «espraiamento» —, a edificação em tijolo é preferível à efectuada com recurso à pedra. Como exemplo de construção recente (ao tempo) em tijolo, «à qual a arte não é alheia» e cujo «aspecto exterior se pode considerar agradável», indicava precisamente a praça de touros do Campo Pequeno (p. 248). Os próprios factores de localização das indústrias não lhe eram estranhos, embora, ao referir-se essencialmente à matéria-prima e à abundância de água (p. 33), tivesse como ponto de referência fundamental a pré-indústria e/ou o artesanato. À cerâmica de Lisboa e seu distrito (cap. I, da parte II) e do Porto e Gaia (cap. II, da parte II) José Queirós dedicou diversas páginas. No que se reporta a Gaia, fornece diversos elementos acerca da Fábrica das Devesas, destacando a função desempenhada por esta no movimento artístico português. A propósito, destaca José Queirós: «[João José da] Fonseca assistiu, nesta fábrica [das Devesas], ao desabrochar do grande escultor António Teixeira Lopes, quando este e seu irmão José, hoje arquitecto, trabalhavam na modelação das figurinhas — *costumes* populares do Norte do País— dirigidos por seu pai, José Teixeira Lopes» (p. 124). Em contrapartida, o centro cerâmico da Pampilhosa — concelho da Mealhada —, já então de certa importância, pouca atenção mereceu do autor, pois apenas alude, de passagem, à sucursal da Fábrica de Cerâmica das Devesas, ali fundada em 1886 (p. 122). Como se referiu já, a cerâmica

utilitária, de construção — que era aquela que, de modo especial, se produzia na Pampilhosa — não se encontra no âmago das preocupações de José Queirós. Dois outros elementos devem ainda ser realçados, quanto à *Cerâmica portuguesa*. Refiro-me, concretamente: à profusa ilustração, parte da qual a cores, e à notável série de marcas, reproduzidas e identificadas. As numerosas reproduções de artigos de cerâmica, além dos seus aspectos estéticos e documentais, constituem fontes de alto significado para o estudo da temática, sob diversos pontos de vista. Quanto às marcas, conjugando a informação contida no «Dicionário de marcas» (p. 255-348) e no «Dicionário de nomes» (p. 351-370), obtém-se um inestimável conjunto de dados que, além de já serem extraordinariamente elucidativos, poderão ainda funcionar como ponto de partida e, simultaneamente, como desafio para novos estudos.

3. A obra a que me tenho vindo a reportar engloba, finalmente, *Outros estudos*, de José Queirós. Trata-se de uma série de trabalhos monográficos, acerca de temática diversa — faiança, azulejos, exposições e museus — que, em boa hora, foram reunidos e publicados. Na impossibilidade de analisar aqui, na totalidade, os diversos estudos, permito-me destacar dois deles — sobre o papel da cerâmica no ensino-aprendizagem —, em virtude de ainda manterem uma certa actualização. Um intitula-se «Ensino profissional. Uma cooperativa escolar em Sacavém. A cerâmica» (p. 389-391); o outro tem como título «Arte na escola. Cerâmica» (p. 487-493).

No primeiro trabalho, José Queirós defendia que Sacavém era o sítio ideal para fundar a referida cooperativa escolar, já que, «além de ter a vantagem de estar a dois passos da capital, [Sacavém] é, há muito, um centro industrial de nomeada» (p. 389). O autor, após aludir aos alicerces que, em sua opinião, não podiam ser melhores, aponta diversas carências, entre as quais: «... o material para tão complexo monumento, ferramentas, máquinas e mais utensílios, e a criação de um museu onde se encontrem, de preferência, moldes inspirados ou calculados nos nossos mais característicos tipos de arte, ou da arte aclimada ao nosso País e à nossa maneira de viver»

(p. 389). Depois de lamentar a falta de um museu industrial em Lisboa, «como o que esteve instalado no edifício dos Jerónimos (Belém)», critica o rumo que o ensino industrial tinha tomado, nos seguintes termos: «o carácter que tomaram as escolas industriais, organizadas por António Augusto de Aguiar e pelo grande Emídio Navarro, e que, em vez de servirem o ensino técnico dos diferentes ofícios mecânicos, estão actualmente, com poucas excepções, transformadas em liceus parciais, erro (creio bem) devido a circunstâncias alheias à vontade do seu inspector» (p. 390-391). E prossegue o autor, um pouco adiante: «A minguia destes primordiais elementos, que deviam estar estabelecidos, e tão acessíveis ou mais, como o jornal de dez réis, de propaganda política, estão irresolutos os mais interessados na organização do referido estabelecimento» (p. 390). Como se acaba de verificar pelo exposto, para José Queirós, o desenvolvimento das actividades manufactureiras ou mesmo industriais passava não só por um ensino técnico actualizado, como pela própria museologia especializada (museus industriais e tecnológicos). Como é sabido, tal perspectiva mantém-se plenamente actualizada, ainda que, por inépcia, desinteresse ou falta de conhecimento e sensibilização, pouco se tenha avançado, no nosso País, em tal domínio.

O segundo estudo referido, por sua vez, encerra duas ideias básicas: a «História e a Arte portuguesas, como educação fundamental do carácter português» e a importância das formas, na evolução da cerâmica portuguesa. Quanto ao primeiro aspecto, José Queirós destacava a função educativa do estudo da cerâmica e de outras «artes», na consolidação de uma cultura cívica e de uma consciência tipicamente nacional. Entre outras, atente-se na seguinte passagem: «Tais filões [obra de talha e cerâmica], caracteristicamente nacionais, é indispensável torná-los conhecidos mais profundamente no nosso meio, para educação e orgulho do nosso povo». Também neste caso a mensagem do autor se reveste de certa actualização, ao considerar — ainda que implicitamente — o património industrial como parte integrante do património cultural. Relativamente ao segundo — o papel das formas —, José Queirós

alude ao «valor da forma, [como] base fundamental de todo o vasilhame», após o que foca a influência das formas romanas e das formas e motivos, mais ou menos orientais, na cerâmica portuguesa. A terminar, o autor faz propostas muito concretas, as quais, salvo uma ou outra adaptação de pormenor, continuam válidas: «...julgo conveniente arrebANHAR seleccionadamente pelo País todo o vasilhame, tanto quanto possível de todos os tempos, do primitivo ao actual, tanto rude como delicado, que se recomende pela forma ou carácter regional, e constituir com ele um museu». E continua José Queirós: «É preciso distribuir pelas escolas os velhos padrões da nossa olaria caseira [obviamente que aqui o leque deveria ser alargado!], para os que começam terem diante dos olhos o que há muitos séculos é belo e bem português» (p. 493).

Não desejaria concluir sem chamar, de novo, a atenção para esta *notável obra*, numa altura em que não só a história da indústria parece começar a receber algum alento, como as próprias questões, relativas ao património industrial, à arqueologia industrial e à nova museologia começam a interessar a um público cada vez mais vasto e diversificado.